

EUROPA E DIVERSIDADE – O VELHO MUNDO CONFRONTA O NOVO EM SI MESMO

Toby Miller

As constituições liberais europeias do século XIX eram constituições políticas. [...] As constituições das três primeiras décadas do século XX [...] foram voltadas para questões econômicas e sociais; [...] na década de 1970 um novo estágio entra em evidência com o brusco surgimento de uma nova preocupação com questões culturais: isso leva à criação de formas lexicais e categorias doutrinárias, tais como “direitos culturais”; [...] a livre existência da cultura, o pluralismo cultural e o acesso dos cidadãos à cultura são assegurados de forma mais intensa
Jesús Prieto de Pedro (1999: 63)

A diversidade no mundo moderno vai além da cor da pele. É gênero, idade, deficiência, orientação sexual, extração social e – mais importante, no que me diz respeito – diversidade de pensamento

Idris Elba (citado em Martinson, 2016)

- Búlgaro: Единство в многообразието
- Croáta: Ujedinjeni u različitosti
- Tcheco: Jednotná v rozmanitosti
- Dinamarquês: Forenet i mangfoldighed
- Holandês: In verscheidenheid verenigd
- Inglês: United in diversity
- Estoniano: Ühinend mitmekesisuses
- Finlandês: Moninaisuudessaan yhtenäinen
- Francês: Unie dans la diversité
- Alemão: In Vielfalt geeint
- Grego: Ενωμένοι στην πολυμορφία
- Húngaro: Egység a sokféleségben
- Irlandês: Aontaithe san éagsúlacht
- Italiano: Uniti nella diversità
- Letão: Vienoti daudzveidībā
- Lituano: Suvienijusi įvairovę
- Maltês: Magħquda fid-diversità
- Polonês: Zjednoczeni w różnorodności
- Português: Unidade na diversidade
- Romeno: Unitate în diversitate
- Eslovaco: Zjednotení v rozmanitosti
- Esloveno: Združeni v različnosti
- Espanhol: Unida en la diversidad
- Sueco: Förenade i mångfalden¹

Nasci em Leicester, uma cidade da região leste do centro da Inglaterra, o East Midlands, em 1958. Era uma cidade industrial, branca e enfadonha, que estava a ponto de perder sua base manufatureira, concentrada em têxteis, vestuário e calçados, assim como seu papel de *entrepôt* para o caminho a caminho de Londres. Tinha, no entanto, permanecido firmemente do lado revolucionário durante a Guerra Civil do século XVII, e tinha a tradição de abrigar centenas de grupos religiosos (POPHAM, 2013). Sugestivo.

Com a iminente expulsão dos sul-asiáticos da África Oriental e a emergência da Grã-Bretanha na Europa no meio dos anos 1970, os preocupados habitantes de Leicester puseram um anúncio no *Uganda Argus* em 1972 que dizia o seguinte: “AS CONDIÇÕES ATUAIS NA CIDADE SÃO MUITO DIFERENTES DAQUELAS ENCONTRADAS PELOS PRIMEIROS MIGRANTES”, e avisaram sobre condições difíceis quanto ao bem-estar social e emprego (In: POPHAM, 2013).

Esse anúncio, no entanto, assim como as histórias ligadas ao desejo da cidade de evitar uma imigração asiática, teve o efeito paradoxal de atrair essa mesma migração! Eles colocaram Leicester no mapa das possibilidades para profissionais e empresários, que estavam prontos para comprar e reequipar as fábricas que o capital branco abandonava. A

AN IMPORTANT ANNOUNCEMENT ON BEHALF OF THE COUNCIL OF THE CITY OF LEICESTER, ENGLAND

The City Council of Leicester, England, believe that many families in Uganda are considering moving to Leicester. If YOU are thinking of doing so it is very important you should know that PRESENT CONDITIONS IN THE CITY ARE VERY DIFFERENT FROM THOSE MET BY EARLIER SETTLERS. They are:-

HOUSING - several thousands of families are already on the Council's waiting list.

EDUCATION - hundreds of children are waiting places in schools

SOCIAL AND HEALTH SERVICES - already stretched to the limit

IN YOUR OWN INTERESTS AND THOSE OF YOUR FAMILY YOU SHOULD ACCEPT THE ADVICE OF THE UGANDA RESETTLEMENT BOARD AND NOT COME TO LEICESTER

demografia da cidade mudou. Essa migração coincidiu com a admissão da Grã-Bretanha no que é agora a União Europeia, o que aplicou um golpe adicional ao racismo provinciano e ao monolinguismo do país. Hoje, Leicester está oficialmente orgulhosa de ser uma cidade com maior presença de minorias. Setenta idiomas são falados numa população de menos de 350.000 habitantes. Há centros jain e budistas, duas sinagogas, mais de uma dúzia

de templos hindus, diversos gurdwaras dos sikh, mais de setenta mesquitas, uma cozinha extraordinariamente variada – e um time de futebol que pertence às concessionárias de *duty-free* de aeroporto da Tailândia.² Os motoristas de táxi cada vez aprendem mais o francês porque adolescentes chinesas, filhas de executivos, que se encontram em Leicester para fazer faculdade, os chamam despreocupadamente na rua e lhes pedem para levá-las para o sul da França (são apenas 1.544 km para se chegar a Cannes), e o aeroporto local oferece voos semanais para o México.³

Esse pequeno lugar, antes acometido por uma redução de sua base econômica e crescentes preconceitos culturais, tornou-se uma palavra de ordem para a diferença, a harmonia – e o tédio (ainda). Eu voltarei a esse tema no âmbito de uma discussão crítica da diversidade na Grã-Bretanha e o lugar dos latino-americanos lá. No meio tempo, procurarei explicar os embates da Europa contemporânea no que diz respeito a essas questões. Por que a diversidade é tão estranha para a Europa, em oposição à sua posição ideológica central na América Latina através da sabedoria herdada do *mestizaje*?

A história da Europa é caótica, atormentada e global, forjada pelos encontros belicosos entre norte, sul, leste e oeste. A conquista colonial foi um “complemento” à “construção positivista do Estado no próprio país”, com os massacres sendo legitimados pelo capitalismo e pelo nacionalismo (ASAD, 2005: 2).

Os filósofos liberais dos séculos XIX e XX viam, no entanto, a Europa como o resultado de “identidades fixas, sentimento nacional descomplicado, soberania indivisível, homogeneidade étnica e cidadania

exclusiva” (MAHMUD, 1997: 633; ver também HINDESS, 1998). Vinculando fluidamente nacionalismo a direitos políticos, em sua maioria, essas teorias não renegaram o imperialismo nem declararam como igualmente legítimas as diferentes culturas, justificando a sujeição extraterritorial em base ao conceito de que a soberania só era legítima se fosse economicamente dinâmica e levasse à autonomia individual e não à diversidade social (FALK, 2004: 1011; JAGGI, 2000; PAREKH, 2000: 45).

Muitos liberais filosóficos continuam a insistir num idioma e numa nação comuns como pré-requisitos para uma cidadania efetiva (LISTER, 1997: 52; ZACHARIAS, 2001; ABIZADEH, 2002). Eles defendem um desenvolvimento histórico de direita que ocorreu em três estágios: uma facção de oligarcas; o surgimento de partidos políticos; e finalmente o estado de direito, agindo sem levar em conta afinidades pessoais ou coletivas (SCHUDSON, 1998: 8). Essa maneira de pensar foi uma extrapolação do conceito de indivíduo como sujeito soberano e racional, e se baseou no primado da lei, e numa ideologia e numa governança transparentes para criar uma sociedade justa. O Estado era um dispositivo para arbitrar disputas entre os partidos que não pudessem ser solucionadas pelo mercado, ou para retificar problemas nas áreas em que os mercados haviam falhado – isto é, onde havia desigualdade sistemática.

Os governos preservaram a liberdade individual, negociando suas próprias necessidades de controle contra o direito de seus cidadãos de serem silenciosos, barulhentos ou qualquer outra coisa que não interfira com o direito alheio ao mesmo tipo de conduta.

Dizia-se que a melhor maneira de fazer isso era fiscalizar o limite que separasse a vida privada do poder público. As responsabilidades e os direitos foram dissociados das identidades racial, étnica, linguística, religiosa, de gênero e de outras identidades coletivas que foram separadas do domínio público em nome de “uma justiça neutra e de uma igualdade formal” (COWAN et al., 2001: 2).

Esse tipo de filosofia liberal está relacionado aos ideais republicanos de virtude segundo os quais as pessoas se distanciam ou renunciam a suas afiliações originais no interesse de um bem não sectário, secular e nacional que possa tolerar a diversidade no domínio privado, mas insiste na unidade em público, assegurando assim aos cidadãos um tratamento igualitário pelos governos (BARRY, 2001). Assim, nos países baixos, na Eslovênia e em Portugal, a cidadania repousa nas competências linguísticas. Na Suécia, depende de se levar uma “vida respeitável”. O “apego” à cultura local é um critério na Croácia, enquanto na Romênia é o conhecimento da cultura e da história (MILLER, 2007). De acordo com esses ideais de unidade, os migrantes devem “distanciar-se das características culturais” (CASTLES, DAVIDSON, 2000: 12).

A Convenção da Haia de 1930 sobre Determinadas Questões Relativas aos Conflitos de Leis sobre a Nacionalidade declara que “toda pessoa tem direito a uma nacionalidade e não mais do que uma”.⁴ O que foi endossado pelo Conselho Europeu em 1963, na convenção sobre a redução dos casos de nacionalidade múltipla e sobre as obrigações militares em casos de nacionalidade múltipla,⁵ que declara que ter mais de uma cidadania “é

suscetível de causar dificuldades”; solicitar uma nacionalidade significa renunciar à outra (ALEINIKOFF, 2000: 137; BAUBÖCK, 2005: 6; KALEKIN-FISHMAN, PITKÄNEN, 2007).

A ideia de lealdades divididas por identificações culturais híbridas sempre foi difícil para a teoria e a prática da cidadania, que tende a exigir unidade mais do que diversidade. As cidadanias múltiplas institucionalizam uma subjetividade dividida. O impacto vai mais além do questionamento do voto, do serviço militar e do auxílio diplomático, atinge o âmago de uma relação afetiva com o Estado soberano e gera contradições até mesmo nos países mais chauvinistas, dando um indício da fragilidade da cidadania. No caso britânico, assim como para outras potências imperiais europeias, isso levou a uma confusão sobre o status da cidadania das famílias britânicas constituídas ou transformadas nas colônias. Houve uma liberalização gradual por motivos práticos entre meados dos séculos XIX e XX⁶ que acabou se tornando uma norma da União Europeia (UE).

As diferenças culturais fazem com que as nações sejam alteradas pelos idiomas, religiões, cozinhas, vestimentas e sentidos de identidade de suas populações de migrantes, especialmente quando estes vêm de países anteriormente escravizados/colonizados; donde o famoso slogan dos anos 1970 foi popularizado por ativistas imigrantes no Reino Unido: “Nós estamos aqui porque vocês estavam lá”. A crescente realidade é que um “número cada vez maior de cidadãos [...] não tem o sentimento de pertencimento. Isso, por sua vez, solapa a base do estado-nação como lugar central da democracia” (CASTLES, DAVIDSON, 2000).

O que tal confusão acarreta na diversidade transnacional?

As mudanças recentes na demografia global comprometeram a intensidade do nacionalismo étnico baseado no Estado. As realidades econômicas da partida e as realidades culturais da memória vão de encontro a uma cidadania pura do tipo pretendido na Haia. A filosofia liberal acreditou por muito tempo que a integração dos imigrantes viria com a aquisição da cidadania e com uma aplicação da lei não discriminatória e insensível às diferenças culturais, uma vez que as gerações sucessivas adquirissem o comando do idioma predominante e se vissem incorporadas ao mercado de trabalho em pé de igualdade com a maioria. No entanto, o evidente fracasso em lograr esse resultado levou os governos a reconhecer as diferenças culturais, intervindo para lutar contra a discriminação no setor privado e instituindo cotas para a contratação de minorias (KYMLICKA, 2000: 725).

Até mesmo Hobbes reconheceu que a natureza humana se constrói em torno da diferenciação. Em consequência, “não é pela natureza que o homem se torna capaz de formar sociedade, mas pela educação” (2002: 25). Por outro lado, Rousseau (1975: 130) insiste que “não é suficiente dizer aos cidadãos – *sede bons*, é preciso ensiná-los a ser” por meio de um poder normativo que defina um ideal. Na França, a Terceira República tornou o ensino laico obrigatório para as crianças entre 6 e 13 anos para formar cidadãos que levassem ao aparecimento de uma opinião pública responsável, termo que se espalhou pela Europa Ocidental no final do século XVIII. Juntaram-se a essa reforma um sistema estatístico que cobria

a conduta humana, a Declaração dos Direitos Humanos, e uma forma de “nivelamento” para lutar contra a desigualdade social (ASAD 2005: 2; BRIGGS, BURKE 2003: 72; MATTELART, 2003: 19).

Europa

Falo da Europa como se fosse um simples descritor, mas trata-se de um lugar reconhecidamente difícil de definir. A “história de povos individuais, e até mesmo de continentes inteiros, como a ‘Europa’, está agora sendo escrita em termos de uma formação cultural definida por algo externo, ‘o outro’” (HALLIDAY, 2001: 113).

A Comunidade Econômica Europeia começou nos anos 1950 essencialmente como uma união aduaneira na qual havia livre-comércio entre as principais economias da Europa Ocidental, com exceção da Grã-Bretanha. Expandiu em tamanho e ambição nos anos 1970 e 1980, com a ideia de criar fronteiras abertas e uma nova identidade europeia, quem sabe uma versão benigna da *raza cósmica* de José Vasconcelos.⁷

Do final da Segunda Guerra Mundial até 1989-90, havia claras distinções políticas, militares e econômicas entre a Europa Oriental e a Ocidental, mas elas estão diminuindo. A definição mais simples na era contemporânea é a de pensar na Europa como um conjunto informal que reúne a União Europeia (a UE, sucessora político-econômica da comunidade anterior) e importantes não membros da região, como Rússia e Noruega, com um olho na Turquia, que declara mais ainda que a Rússia está na cúspide de múltiplos mundos.

Quando a União Soviética se fragmentou em cerca de 20 países, Moscou viu com

satisfação 25 milhões de russos étnicos permanecerem na área a que se refere como “o exterior próximo” (RICH, 2003). As antigas repúblicas da União Soviética tiveram duas opções ao lidar com essas minorias consideráveis e frequentemente abastadas: ou propor um nacionalismo cultural retributivo que marginalizasse o idioma russo e estabelecesse critérios religiosos, raciais e linguísticos para a cidadania (o que foi feito pela Estônia e a Letônia, que relegaram os russos da posição de responsáveis por “estabelecer a agenda cultural na esfera pública” à de responsáveis por fazê-lo na “esfera privada/comunal”); ou adotar uma pragmática política cívica que oferecesse direitos baseados em território, lealdade e trabalho (como foi feito na Ucrânia e no Cazaquistão). Os primeiros procuraram, então, apaziguar os conflitos resultantes por meio de escolas em idioma russo e grupos culturais. Ao mesmo tempo, mudaram sua imagem cultural, renegando os termos “báltico” e “pós-soviético” em favor de “escandinavo” e “pré-União Europeia”. É desnecessário dizer que a perspectiva de se tornarem membros da UE e terem acesso a subsídios mediante adesão à Convenção Europeia sobre a Nacionalidade serviu para “incentivá-los” a incorporar as minorias russas (TIRYAKIAN, 2003: 22; LAITIN, 1999: 314-17; ZACHARY, 2000; VAN HAM, 2001: 4; BAUBÖCK, 2005: 2-3, 5; FELDMAN, 2005).⁸

Embora continuem sendo cidadãos dos países-membros, espera-se dos europeus que transcendam suas diferenças e compartilhem “valores culturais comuns” (CASTLES, DAVIDSON, 2000: 12). O lema da UE, citado no

início deste trabalho em todos os seus idiomas oficiais (ver nota 1), apoia-se supostamente num conjunto de políticas culturais. Contudo, o ideal animador evocado nessa frase de efeito não é um indicador confiável dos programas da União, que há tempos vêm sendo baseados numa agenda norteada por critérios financeiros e de segurança. A política cultural foi centrada por 40 anos na

[...] intervindo para lutar contra a discriminação no setor privado e instituindo cotas para a contratação de minorias [...]

Guerra Fria, no terrorismo, na eficiência econômica, em Hollywood e na integração às sociedades de acolhimento. Espera-se das mídias que ao mesmo tempo informem

e representem os migrantes, reparem as injustiças dos estereótipos, e incentivem a identificação com a Europa, funcionando também como indústrias eficientes e eficazes. Por seu lado, os migrantes são vistos como um duplo alvo: do Estado, para assegurar a lealdade, e do comércio, para assegurar o consumo (MATTELART, D’HAENENS, 2014).

A religião frequentemente ameaçou esses projetos. Esteve no centro de inúmeros conflitos europeus ao longo da história, mas pensava-se que estivesse seguramente confinada a um passado obscuro, transcendido, que existiu antes que a verdade do secularismo se estabelecesse. Reconsiderem essa ideia, por favor.

Religião

A desconfiança quanto à religião não se limita ao Islã, mas os europeus a consideram uma ameaça maior às suas culturas nacionais do que outras crenças e fé (incluindo até mesmo o ateísmo). [...] Os povos europeus superestimam amplamente a porcentagem

muçulmana de suas populações [...] em média. Os franceses consultados achavam que 31% de seus compatriotas eram muçulmanos, em comparação com um número real que se aproxima dos 8% (*Islam in Europe*, 2015).

Muitas iniciativas europeias recentes voltadas para a “diversidade” vão de encontro às políticas de multiculturalismo à medida que seu objetivo explícito é “integrar” as minorias étnicas no mundo pós o Onze de Setembro – começando com as minorias de fé muçulmana, vistas como um perigo crescente à coesão nacional. De fato, as políticas voltadas para a diversidade cultural podem sob muitos aspectos ser interpretadas como sendo parte de uma ampla estratégia para melhorar a “integração” das minorias étnicas de modo a aumentar a segurança na Europa ao reduzir aparentes ameaças (MATTELART, D’HAENENS, 2014: 232).

Na Europa, historicamente, os debates sobre a religião centravam-se na comensurabilidade do protestantismo e do catolicismo e de seu relacionamento dentro e entre os estados. Hoje, a questão é o Islã, tanto como referência racial quanto como representação de uma alternativa governamental ao secularismo. Jürgen Habermas (2006) explica que o terror desterritorializado de atores estatais e não estatais foi despertado por uma potente mistura de fé, fraude, etnicidade e economia em resposta a violência, provocações e feudos ocidentais, principalmente no mundo árabe e no sul da Ásia, mas também nos próprios países europeus de acolhimento.

Do ponto de vista demográfico, a “ameaça” supostamente levantada pelo crescimento

do Islã não representa quase nada e provavelmente nunca representará. A porcentagem total de população muçulmana em toda a Europa passou de 4% em 1990 para 6% em 2010. Até 2030, calcula-se que os muçulmanos representem 8% dos europeus. Em 2010, havia 4,8 milhões de muçulmanos na Alemanha (5,8% da população do país) e 4,7 milhões de muçulmanos na França (7,5%). Na Europa, como um todo, a maior população muçulmana é a da Rússia, com 14 milhões (10%).⁹

A população muçulmana da Alemanha é essencialmente turca, mas inclui também pessoas nascidas no Marrocos, Iraque, Kosovo e na Bósnia-Herzegovina. Na França, os cerca de três milhões e meio de muçulmanos nascidos no exterior vêm essencialmente das antigas colônias: Argélia, Marrocos e Tunísia. A maioria das pessoas na França, Grã-Bretanha e Alemanha vê com bons olhos os muçulmanos. A opinião espanhola é mais ambígua, enquanto opiniões negativas predominam na Polônia e na Itália. Enquanto 36% dos alemães de direita não gostam do Islã, apenas 15% da esquerda pensam da mesma forma. A diferença entre esquerda e direita é a mesma na Itália e na França. Na França, Bélgica, Alemanha, Grã-Bretanha e nos países baixos, a preocupação quanto ao crescimento das comunidades muçulmanas levou a pedidos para restringir a migração. Os próprios muçulmanos estão em grande parte satisfeitos com uma separação entre igreja e Estado que leva a dissociar fé de lealdade.¹⁰

O sentido de incomensurabilidade e a impossibilidade de se construir uma ponte ou atenuar as diferenças entre os grupos dominantes da Europa e suas minorias muçulmanas é muito forte, apesar dos dados,

em razão de uma miríade de sensação de pânico de ordem moral, demonizações tradicionais e políticos oportunistas (MILLER, 2013). Isso pode parecer estranho àqueles que foram criados dentro de uma doutrina de *mestizaje*. Trata-se essencialmente de formações religiosas e governamentais imperialistas que se intersectam. Nunca pensei que viveria numa era em que o mundo parecesse estar passando por um reencantamento, em que o lado laico da modernidade se desfaria, trazendo à sua cola uma era pós-secular não liberal. Mas aqui estamos. Ou não?

A Grã-Bretanha – um exemplo

O Reino Unido do século XXI se caracteriza por um paradoxo. O estado, a comunidade empresarial e a população britânica estão intensamente conectados ao resto do mundo. Desde sempre uma nação aberta, comercial, fomos formados por séculos da globalização. No entanto, enquanto nossas redes de compromissos externos se tornavam cada vez mais estreitas e complexas, o cenário doméstico ficava cada vez mais fragmentado. O sentimento da perda e do deslocamento que resultou da desindustrialização, globalização, imigração e transformação tecnológica alimenta sentimentos separatistas e de alienação, causando grande parte do mal-estar que aflige atualmente nossas comunidades; [...] o Partido Trabalhista deveria parar de falar sobre os benefícios econômicos que a imigração indiscutivelmente traz, porque ninguém está escutando. As preocupações quanto à imigração são viscerais, não cerebrais (KINNOCK, 2015).

A Grã-Bretanha tem aproximadamente 63 milhões de habitantes, dos quais 8 milhões são migrantes (CUERVO, 2014). Um terço dos cidadãos pertencentes a minorias “não se veem como ingleses” (SEAFORD, 2001: 107). Isso pode levar a uma reação histérica por parte do Estado: de sua posição anterior como chefe da Comissão para a Igualdade Racial da Grã-Bretanha, Trevor Phillips rejeitou a ideia de que “toleremos qualquer tipo de absurdo antigo porque faz parte de sua cultura”, enquanto o antigo primeiro ministro, Gordon Brown, anunciava que não havia necessidade alguma de continuar a pedir desculpas pelo colonialismo (In: *The War*, 2004: 26; AHMED, 2005). Em 2015, o sucessor de Brown, David Cameron, “instruiu” o parlamento jamaicano a “virar a página” sobre o legado da escravidão, rejeitando a ideia de pagar reparações à antiga colônia em que vicejou a escravidão. Cameron se absteve de mencionar que sua própria família tinha sido compensada pela perda das centenas de escravos jamaicanos que possuía quando o comércio de escravos foi abolido em 1833. Contudo, prometeu gastar milhões de libras dos contribuintes para construir uma prisão para abrigar cidadãos jamaicanos expulsos da Grã-Bretanha por atividades criminosas (MASON, 2015).

Esse tipo de política reacionária decorre tanto da insegurança econômica causada pelas sucessivas crises fiscais que ocorrem desde os anos 1970 e que redistribuem a riqueza para o alto quanto das doutrinas enraizadas, ainda que frequentemente implícitas, de supremacia racial com as quais os ingleses foram criados. Eu li aqueles livros de história. Eu frequentei aquelas escolas. Eu tenho essa formação.





O relatório da Comissão de Runnymede Trust sobre *O Futuro de uma Grã-Bretanha Multiétnica* (2000) examinou o racismo nas instituições nacionais de cultura, educação, segurança pública e bem-estar do Reino Unido. Produziu evidências e argumentos apontando para um profundo racismo institucional no âmago do Estado britânico e das identidades nacionais predominantes. As reações da imprensa ao trabalho da Comissão nos dão uma noção de como os conflitos raciais podem agir: “incoerências submarxistas”; “disparates descabidos”; “um insulto a nossa história e inteligência” eram epítetos representativos, e os autores do relatório foram acusados de “falta de lealdade e afeto para com a Grã-Bretanha”. O *Daily Mail*, um tabloide de direita, reagiu apresentando uma lista com “dez heróis brancos mortos do último milênio”; o então líder do Partido Conservador ridicularizou o relatório como sendo indicativo da “tirania do politicamente correto da esquerda e [...] um ataque à cultura e história britânicas”; o *The Scotsman* descreveu o relatório como “uma grotesca difamação que ataca os habitantes desta terra e um projeto venenoso para destruir nosso país”. Jack Straw, então ministro do Interior e em breve um reconhecido defensor da guerra no Afeganistão e no Iraque, que também não gostava de falar com eleitores que portassem o véu, negou haver qualquer relação entre a identidade britânica e o racismo branco (MILLER, 2007; STRAW, 2006).

Essas reações históricas mostram o quanto pode estar em jogo nesses debates, como explica Stuart Hall ao delinear duas tendências predominantes:

A primeira, fala de um “deslizar” para o multiculturalismo – a presença cada vez mais visível de pessoas negras e asiáticas em todos os aspectos da vida social britânica como uma parte natural e inevitável do “cenário” – mais do que um “corpo estranho”, para repetir a feliz expressão da sra. Thatcher – especialmente nas cidades e nas áreas urbanas. Esse não é o resultado de uma política deliberada e planejada, mas o resultado de processos sociológicos não dirigidos. Embora registre de forma visível a nova situação da diferença que perpassa a sociedade britânica, esse multiculturalismo gradual é, obviamente, altamente desigual. Grandes partes do país, os centros de poder mais relevantes e muitas pessoas pertencentes às assim chamadas “minorias étnicas” ainda estão essencialmente intocadas pelo fenômeno. Muitos britânicos brancos podem aceitá-lo como um fato da vida, mas não necessariamente o consideram bem-vindo. Fora de seu raio de ação, as práticas de exclusão racial, desigualdade agravada por fatores raciais, pobreza domiciliar, desemprego e subdesempenho educacional persistem – na realidade, multiplicam-se. A segunda, no entanto, é uma história antiga, banal em sua repetitiva persistência. [...] os negros foram objeto de ataques baseados em preconceito racial, viram suas queixas essencialmente ignoradas pela polícia e foram sujeitos a práticas racialmente tendenciosas de policiamento (1999: 188).

A palavra “negro” tem sido um tropo invertido e renovador contra o racismo, e excluiu os povos asiáticos de cor e os negros com identificações coletivas distintas – até

mesmo movimentos sociais baseados na diferença se veem limitados pela exclusão. Frentes unidas, frequentemente adotadas ante ameaças e possibilidades externas, podem ocultar “diferenças [...] em violenta erupção lá atrás” (HALL, 1991: 56) – frequentemente de ordem econômica. Um antigo e insatisfeito funcionário da Comissão de Runnymede Trust falou das recomendações do órgão de que “dois terços estão relacionados aos interesses dos profissionais de classe média; [...] se lidarmos com o racismo, toda a comunidade poderia, assim como os membros da própria Comissão, fazer parte da burguesia” (SEAFORD, 2001: 112). Ou seja, a história nacional – quem fala por quem – estava aberta para discussão, mas não a economia. A diferença ganhou sobre a produção como eixo central do pensamento e do direito (DELANTY, 2002).

O que fazer agora? O político Stephen Kinnock do Partido Trabalhista britânico explica em detalhes o pânico moral em relação aos refugiados sírios à luz do conflito atual:

As atitudes britânicas no que diz respeito à crise dos refugiados que ocorre atualmente às portas da Europa decorrem diretamente dos sentimentos subjacentes sobre a imigração em seu sentido mais amplo. A opinião da maioria sobre a imigração é formada por um profundo sentimento de desconforto quanto à nossa identidade cultural como nação. [...] Não podemos e não devemos simplesmente descartar isso como xenofobia ou mesmo racismo. O fato é que o desconforto das pessoas em relação aos volumes de imigração é sincero. Está fortemente ligado a nosso sentido de

insegurança quanto à imprevisibilidade e incerteza de nosso futuro em um mundo que está mudando num ritmo inconcebível e exacerbado pelo impacto da recessão global; [...] se o Reino Unido quiser continuar a existir no futuro, então precisamos continuar a ser essa cidade “que brilha sobre o monte” e que atrai a si os mais brilhantes e mais capazes do mundo todo. Cada gota de diversidade, experiência e criatividade será necessária para que possamos ser bem-sucedidos como nação. Contanto que as pessoas contribuam para nossa sociedade, devemos acolhê-las como um estado aberto, compassivo e confiante (2015).

Essas reações liberais ambivalentes e repletas de boas intenções estão também relacionadas às doutrinas da democracia liberal e dos direitos individuais e humanos que as minorias mobilizaram com sucesso para fazer reivindicações ao Estado no Reino Unido, o que pode provocar uma contrarreacção. Os exemplos incluem:

- os sikhs: fazem objeções às regras britânicas de uso de uniforme escolar, à legislação que proíbe carregar facas escondidas e às leis britânicas sobre o uso de capacetes por motociclistas, e na indústria da construção civil, por causa da exigência ritual do uso de turbantes e do porte de armas; sua alegação é que os turbantes fornecem proteção contra feridas na cabeça;
- os muçulmanos e judeus britânicos: pedem permissão para matar animais fazendo-os sangrar até a morte, desse modo aderindo aos costumes

antigos, mas infringindo as leis que se aplicam aos demais;

- os ciganos/roma/boêmios/gitanos/tziganos/rom: insistem que seus filhos passem menos tempo na escola do que outros residentes do Reino Unido por causa das normas peripatéticas do grupo;
- os hindus britânicos: pedem que as autoridades os deixem imergir as cinzas de seus mortos nos rios.

O Estado, entretanto, tem seus limites:

- os médicos que clinicam são obrigados a denunciar os casos suspeitos e reais de mutilação genital feminina, sob pena de detenção;
- as faculdades universitárias devem relatar os casos de “radicalização” entre estudantes.

Aqui está o nó do problema: as culturas das minorias devem ser protegidas contra a regra externa em todos os casos? Seus membros devem ser protegidos contra a opressão interna quando direitos humanos fundamentais se veem comprometidos em nome da cultura, religião, ou o que quer que seja, ou o bem-estar alheio está ameaçado? O que deve ser feito em relação às inseguranças econômicas e culturais dos países de acolhimento, que podem ser projetadas sobre os recém-chegados? Quanto da tolerância do liberalismo deve ser celebrada ou contrastada com a intolerância devota da religião? Quando grandiosas narrativas de coletividade e individualismo colidem uma com a outra, o Estado precisa encontrar

um equilíbrio entre o apoio a “uma comunidade de indivíduos e uma comunidade de comunidades” (JOHNSON, 2000: 406, 408; RUNNYMEDE COMMISSION, 2000: 176-77, 240; SIAN, 2015).¹¹

A retenção das normas culturais pode impedir que ocorra uma mudança dinâmica e aprisionar a autonomia individual. Isso leva a casos complexos de limites, como quando uma mulher britânica se recusou a aceitar os planos de seus pais muçulmanos para um casamento arranjado. Eles pediram a intervenção do Estado em nome da preservação cultural, citando como precedente as isenções dadas aos sikhs quanto ao uso dos capacetes de segurança. Esse é um caso em que medidas projetadas para proteger minorias contra o assédio externo na realidade as isolam de divergências internas, com o Estado policiando a observância religiosa e a dinâmica familiar do poder. Nesse caso em particular, o tribunal decidiu em favor da mulher, citando a prioridade de proteger direitos individuais e questionando a representatividade dos autodesignados porta-vozes da comunidade (BENHABIB, 2002: 19; KYMLICKA, 1995: 2, 35-36).

Podemos ver custos e benefícios em pertencer a minorias tão visíveis como os sikhs e muçulmanos. E quanto àqueles que são invisíveis como minorias, evitando assim o opróbrio público, mas não tendo acesso a serviços sociais e outros direitos?

Os latino-americanos na Grã-Bretanha

Oitenta e cinco por cento dos latino-americanos que vivem na Grã-Bretanha e estão capacitados para trabalhar assim o

fazem, embora a maioria o faça em ocupações de classe operária, tais como limpeza e construção, pelas quais recebem o salário mínimo. Quarenta por cento sofrem discriminação no emprego por causa da raça, do comando do inglês ou do status jurídico (CUERVO, 2014).

Os latino-americanos chegaram inicialmente no Reino Unido como exilados políticos no século XVIII, durante as várias lutas nacionalistas contra a Espanha. Tanto os políticos quanto os intelectuais, incluindo Francisco de Miranda, Simón Bolívar, Bernardo O' Higgins e José de San Martín vieram em busca de segurança, dinheiro e influência. Muitos foram ativos na misteriosa Gran Reunión Americana de Londres, que pregava a independência.¹²

Embora o Império Britânico tivesse claros interesses na região, tais interesses estavam relacionados, em sua maioria, com operações bancárias, manufatura, transporte marítimo e futebol, sendo progressivamente reduzidos até serem interrompidos durante a Depressão dos anos 1930, ao contrário das décadas de assentamento, escravidão e domínio pelos quais passaram a Ásia e a África. Assim sendo, a noção contemporânea de responsabilidade para com os povos que foram conquistados ou comprados – e vendidos – da África ao sul da Ásia ao mundo árabe mal se aplica, embora a influência do Reino Unido na incorporação da região ao capitalismo mundial tenha sido profunda (POSADA CARBÓ, 1993).

Hoje, os latino-americanos enfrentam problemas especiais de exclusão por parte das autoridades do Reino Unido, de

movimentos sociais e discursos da mídia sobre diversidade. Alguns conselhos locais da Grã-Bretanha lhes dão status de minoria, mas muito poucos. A atenção da mídia é mínima, com exceção da cobertura dada pela imprensa aos jogadores de futebol da liga inglesa Premier League e às ilusões de esquerdistas brancos a respeito do chavismo, Sandino, Fidel ou a qualquer que seja seu último objeto de encanto *anglo-parlante*. No trem expresso Heathrow Express, que vai do Centro de Londres ao aeroporto, a previsão do tempo no mundo adorna várias telas de televisão. Previsões detalhadas estão disponíveis para África, Europa, Oceania, UE, Canadá e Ásia. E a América Latina? Nem tanto, apesar do fato de haver, por exemplo, voos diários para Bogotá.

Os cálculos atuais estimam a população latino-americana no Reino Unido em 186.500 pessoas, das quais 113.500 se encontram em Londres. Esses números incluem:

grupos legais, ilegais e de segunda geração. Isso faz com que os latino-americanos representem uma parte significativa da população da cidade, comparável em tamanho a outros grandes grupos migrantes e étnicos, como a população polonesa, que tem por volta de 122.000 pessoas. Houve também um aumento da população de latino-americanos em Londres de quase quatro vezes desde 2001, tornando-a um dos grupos migrantes de mais rápido crescimento na capital (MCILWAINE et al., 2013: 7).

Os principais países de origem são Brasil (que dá a pluralidade), Colômbia, Argentina, Equador, Peru e Bolívia. As pessoas

vinham nos anos 1970 em busca de asilo; hoje elas vêm em busca de realização econômica. Há poucas crianças ou idosos, e aproximadamente um terço não sabe falar inglês. Aproximadamente 20% não têm documentos ou não têm status jurídico; 25% são cidadãos britânicos; 20% têm passaporte da UE, muitas vezes através da Espanha; muitos vieram de lá por causa da forte recuperação britânica depois da Grande Recessão (MCILWAINE et al., 2013; CUERVO, 2014).

Com 85% de pessoas empregadas, sua taxa de emprego é a mais alta de qualquer grupo étnico em Londres, incluindo a maioria anglo-celta. A maioria desses trabalhos é de natureza proletária, com segurança e salário condizentes. Embora 70% dos latino-americanos tenham instrução superior, sua ida para a Grã-Bretanha leva geralmente a uma mobilidade descendente no seu status em comparação com a que tinham no local de origem (94% declaram que sua posição social decaiu depois que chegaram). Trabalham nos precários setores de serviços ou construção, em dois ou três empregos efetivamente de meio expediente, cada um dos quais paga menos do que o salário mínimo londrino. Entretanto, há também migrantes que são estudantes e residentes temporários e têm expectativas de ingresso na esfera profissional e empresarial (MCILWAINE et al., 2013).¹³

Em termos de diversidade e identificação, 40% aderem à ideologia latino-americana de *mestizaje*, e o resto se autodenomina branco ou latino-americano. Alguns latino-americanos se referem a si mesmos informalmente como “latinos britânicos” ou “invisíveis” e aderem ao slogan “Londres

sem os Latinos Seria Imunda”. Setenta e cinco por cento se queixam de discriminação por parte dos empregadores, das pessoas que encontram no dia a dia e dos serviços públicos. Vivem numa marginalidade alienante, especialmente por conta da limitada oferta de aulas de inglês a um preço que possam pagar (MUIR, 2012; MCILWAINE et al., 2013; MILMO, 2013).

Vários grupos de defesa dos interesses latino-americanos surgiram no terceiro setor britânico durante os anos 1980. Levantavam inicialmente questões ligadas aos direitos humanos nas ditaduras em busca de solidariedade popular e pressão diplomática. Houve uma transição ao longo do tempo da política internacional para a autoajuda coletiva. Assim, o antigo Chile Democrático é agora a organização Indoamerican Refugee and Migrant Organization.¹⁴ Uma mudança de foco das questões ligadas aos direitos humanos para a sobrevivência no exterior traduz não somente a democratização da América Latina nos últimos quinze anos, mas também o aumento da migração para o Reino Unido, motivada por esperanças econômicas, mas prejudicada pela desigualdade e pela pobreza. Assim, a Coalition of Latin Americans no Reino Unido oferece por meio da mídia dicas, auxílios social e econômico, contatos, ligações e testemunhos.¹⁵ A Latin Elephant apresenta um discurso contrário à mensagem predominante dos promotores imobiliários de Londres, que desejam transformar bairros de Londres, como Seven Sisters e Elephant & Castle, que têm sido centros de negócios latino-americanos.¹⁶ A Latin American Women's Rights Service é:

uma organização feminista e de defesas dos direitos humanos orientada pelos usuários que trabalham com mulheres latino-americanas no Reino Unido desde 1983. Nosso alvo é facilitar as ferramentas para que as mulheres latino-americanas possam fazer valer seus direitos humanos e busquem o empoderamento pessoal e a mudança social. Somos uma organização holística e fornecemos assessoria cultural e linguística especializada, informação, aconselhamento e psicoterapia, apoio jurídico, programas de desenvolvimento, oficinas, grupos de bem-estar e apoio pontual a mulheres latino-americanas.¹⁷

Os residentes de hoje são migrantes econômicos que buscam a inclusão com outras minorias na formação e execução da política pública britânica e 77% querem obter reconhecimento oficial de seu status como minoria. Essa é com certeza a maneira mais segura de lograr esse reconhecimento, mas é difícil obrigar as sociedades liberal-democráticas, cujas histórias coloniais estimularam diretamente a imigração, a assumir sua responsabilidade (MCILWAINE et al., 2013). Não obstante, para os latino-americanos da Grã-Bretanha, que procuram ser ouvidos no novo século, a diversidade não faz sentido sem o reconhecimento oficial de sua diferença (GARCÍA CANCLINI, 2002). A culpa (CURTIS, PATRICK, 2014) é irrelevante. Como visto na epígrafe de Idris Elba citada anteriormente, eles precisam de igualdade e abertura.

Conclusão

A identidade cultural é uma constante “produção [...] que nunca se completa [...],

sempre constituída dentro, e não fora, da representação” (HALL, 1990: 222):

Um diálogo interminável com a identidade e a identificação [...] teve início nas sociedades do final da idade moderna no fim do século XX. Não a velha pergunta existencial “quem sou eu”, mas a nova pergunta [...] que rompe com os antigos limites entre os mundos privado e público, entre o subjetivo e o objetivo, entre pessoal e político, que a ideia do “heroísmo” exige que negociemos novamente: “Como posso” – e “como farei” – para tornar-me? (HALL, 1996: 118).

Podemos apenas depositar nossa esperança numa futura Europa que se definirá por meio da justiça cultural e econômica de forma a reconhecer e transcender sua história imperial. A culpa não é a chave. A responsabilidade e o importar-se com os outros, sim, num mundo de diversidade necessariamente híbrido.

E Leicester? O simples número de “outros”, as áreas habitacionais mistas e governos locais consistentemente progressistas desde os anos 1970 permitiram um multiculturalismo diário. Essa diversidade surgiu acidentalmente – organicamente – e se tornou parte de simplesmente adaptar-se ao que se tem. A lição que oferece é a exigência de se atenuar as estruturas e as restrições de classe geradas e alimentadas pela desigualdade econômica e de sustentar políticas multiculturais em diferentes regimes (JONES, 2015). Malgrado sua diversidade interna e a falta de uma voz pública, é o que os latino-americanos do Reino Unido estão buscando, com toda razão; e é um modelo para a diversidade europeia. **OBS**



Toby Miller

Cientista social interdisciplinar britânico/australiano/norte-americano. É autor e editor de mais de 30 livros, publicou ensaios em mais de cem publicações especializadas e coleções editadas. Atua frequentemente como comentarista convidado em programas de rádio e televisão. *Been There, Done That. An Account of how I Got to Be who I Am Professionally* é sua mais recente publicação.

Suas atividades como professor e pesquisador abrangem as áreas de mídia, esportes, trabalho, gênero, raça, cidadania, política e política cultural, bem como o sucesso de Hollywood fora dos Estados Unidos e os efeitos adversos do lixo eletrônico. A obra de Miller já foi traduzida para os seguintes idiomas: chinês, japonês, sueco, alemão, turco, espanhol e português.

É acadêmico de mídia em residência em Sarai, no Centre for the Study of Developing Societies (Índia); *becker lecturer* na Universidade de Iowa; bolsista do Queensland Smart Returns (Austrália); professor honorário do Center for Critical and Cultural Studies, Universidade de Queensland; bolsista visitante do programa CanWest no Fórum Global de Alberta (Canadá); e colaborador de pesquisa internacional do Centre for Cultural Research (Austrália).

Atualmente é professor de jornalismo, mídia e estudos culturais na Universidade de Cardiff e de estudos de políticas culturais na Sir Walter Murdoch School, da Universidade Murdoch.



Referências bibliográficas

- ABIZADEH, Arash. Does liberal democracy presuppose a cultural nation? Four arguments. *American Political Science Review* 96, n. 3: 495-509, 2002.
- AHMED, Rashmee Z. Days of Raj: let's get over it? *Times of India*. Disponível em: <<http://timesofindia.indiatimes.com/world/rest-of-world/Days-of-Raj-Lets-get-over-it/articleshow/991472.cms>>. Acesso em: 16 jan. 2005.
- ALEINIKOFF, T. Alexander. Between principles and politics: U. S. citizenship policy. In: *From migrants to citizens: membership in a changing world*. ALEINIKOFF, T. Alexander; KLUSMEYER, Douglas (Ed.). Washington: Carnegie Endowment for International Peace, p. 119-72, 2000.
- ASAD, Talal. Reflections on laïcité & the public sphere. *Items and Issues* 5, n. 3: 1-11, 2005.
- BARRY, Brian. *Culture and equality: an egalitarian critique of multiculturalism*. Cambridge: Polity Press, 2001.
- BAUBÖCK, Rainer. Citizenship policies: international, state, migrant and democratic perspectives. *Global Migration Perspectives 19*. Geneva: Global Commission on International Migration, 2005.

- BENHABIB, Seyla. *The claims of culture: equality and diversity in the global era*. Princeton: Princeton University Press, 2002.
- BERTELSMANN STIFTUNG. Religion monitor: understanding common ground. Special study of Islam – an overview of the most important findings. Disponível em: <http://www.bertelsmann-stiftung.de/fileadmin/files/Projekte/51_Religionsmonitor/Religionmonitor_Specialstudy_Islam_2014_Overview_20150108.pdf>. Acesso em: 2015.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *A social history of the media: from Gutenberg to the internet*. Cambridge: Polity, 2003.
- CASTELOS, Stephen; ALASTAIR, Davidson. *Citizenship and migration: globalization and the politics of belonging*. Basingstoke: Macmillan, 2000.
- COWAN, Jane K.; DEMBOUR, Marie-Bénédicte; WILSON, Richard A. (2001). *Introduction*. Culture and rights: anthropological perspectives. COWAN, Jane K.; DEMBOUR, Marie-Bénédicte; WILSON, Richard A. (Ed.). Cambridge: Cambridge University Press, p. 1-26.
- CUERVO, Juanjo Andreés. La realidad del desempleo y la inmigración en Gran Bretaña. *The Prisma*. Disponível em: <<http://theprisma.co.uk/es/2014/08/23/la-realidad-del-desempleo-y-la-inmigracion-en-gran-bretana/>>. Acesso em: 23 ago. 2014.
- CURTIS, Barry; PATRICK, Ellen. Implicated: a review paper on guilt. *Economy and Society* 43, n. 1: 136-52, 2014.
- DE PEDRO, Jesús Prieto. *Democracy and cultural difference in the Spanish Constitution of 1978*. Democracy and ethnography: constructing identities in multicultural liberal states. GREENHOUSE, Carol J; KHESHTI, Roshanak (Ed.). Albany: State University of New York Press, p. 61-80, 1999.
- DELANTY, Gerard. Two conceptions of cultural citizenship: a review of recent literature on culture and citizenship. *Global Review of Ethnopolitics* 1, n. 3: 60-66, 2002.
- ERASMUS. Islam in Europe. *The Economist*. Disponível em: <<http://www.economist.com/blogs/graphicdetail/2015/01/daily-chart-2>>. Acesso em: 7 jan. 2015.
- FALK, Richard A. *The declining world order: America's imperial geopolitics*. New York: Routledge, 2004.
- FELDMAN, Allen. On the actuarial gaze: from 9/11 to Abu Ghraib. *Cultural Studies* 19, n. 2: 203-26, 2005.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Latinoamericanos buscando lugar en este siglo*. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- HABERMAS, Jürgen. Religion in the public sphere. *European Journal of Philosophy* 14, n. 1: 1-25, 2006.

HALL, Stuart. Cultural identity and diaspora. In: *Identity: community, culture, difference*. RUTHERFORD, Jonathan (Ed.). London: Lawrence & Wishart, p. 222-37, 1990.

_____. Old and new identities, old and new ethnicities. In: *Culture, globalization and the world-system: contemporary conditions for the representation of identity*. KING, Anthony D. (Ed.). Basingstoke: Macmillan, p. 41-68, 1991.

_____. Who dares, fails. *Soundings* 3: 116-18, 1996.

_____. From Scarman to Stephen Lawrence. *History Workshop Journal* 48: 187-97, 1999.

HALLIDAY, Fred. *The world at 2000: perils and promises*. Basingstoke: Palgrave, 2001.

HINDESS, Barry. Divide and rule: the international character of citizenship. *European Journal of Social Theory* 1, n. 1: 57-70, 1998.

HOBBS, Thomas. *On the citizen*. TUCK, Richard; SILVERTHORNE, Michael (Trad.). Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

JAGGI, Maya. Bhikhu Parekh: first among equalisers. *The Guardian*: 6. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/books/2000/oct/21/philosophy>>. Acesso em: 21 out. 2000.

JOHNSON, James. Why respect culture? *American Journal of Political Science* 44, n. 3: 405-18, 2000.

JONES, Stephen H. The "metropolis of dissent": muslim participation in Leicester and the "failure" of multiculturalism in Britain. *Ethnic and Racial Studies* 38, n. 11: 1969-985, 2015.

KALEKIN-FISHMAN, Deborah. *Multiple citizenship as acto european nation-states*. PITKÄNEN, Pirkko (Ed.). Rotterdam: Sense Publishers, 2007.

KINNOCK, Neil. *A new nation: building a united kingdom of purpose, patriotism and resilience*. Poole: Policy Press, 2015.

KYMLICKA, Will. *Multicultural citizenship: a liberal theory of minority rights*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

_____. A north american view. *Journal of Ethnic and Migration Studies* 26, n. 4: 723-31, 2000.

LAITIN, David D. The cultural elements of ethnically mixed states: nationality re-formation in the soviet successor states. In: *State/Culture: state-formation after the cultural turn*. STEINMETZ, George. (Ed.). Ithaca: Cornell University Press, p. 291-320, 1999.

LATINO LIFE. A brief history of latin americans in London. Disponível em: <<http://www.latinolife.co.uk/node/167>>. Acesso em: 29 fev. 2016.

- LISTER, Ruth. *Citizenship: feminist perspectives*. New York: New York University Press, 1997.
- MAHMUD, Tayyab. Migration, identity, & the colonial encounter. *Oregon Law Review* 76, n. 3: 633-90, 1997.
- MARTINSON, Jane. Diversity on television is not just a black and white issue. *The Guardian*. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/media/2016/jan/24/diversity-race-gender-media-television>>. Acesso em: 24 jan. 2016.
- MASON, Rowena. Jamaica should “move on from painful legacy” of slavery. *The Guardian*. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2015/sep/30/jamaica-should-move-on-from-painful-legacy-of-slavery-says-america>>. Acesso em: 30 set. 2015.
- MATTELART, Armand. *The information society*. TAPONIER; Susan G.; COHEN, James A. (Trad.). London: Sage Publications, 2003.
- MATTELART, Tristan; D’ HAENENS, Leen. Cultural diversity policies in Europe: between integration and security. *Global Media and Communication* 10, n. 3: 231-45, 2014.
- MCILWAINE, Cathy; COCK, Juan Camilo; LINNEKER, Brian. *No longer invisible: The latin american community in London*. Queen Mary, University of London; Latin American Women’s Rights Service; Trust for London. Disponível em: <<http://www.geog.qmul.ac.uk/docs/research/latinamerican/48637.pdf>>. Acesso em: 2013.
- MILLER, Toby. *Cultural citizenship: cosmopolitanism, consumerism, and television in a neoliberal age*. Philadelphia: Temple University Press, 2007.
- _____. Tracking moral panic as a concept. In: *The ashgate research companion to moral panics*. KRINSKY, Charles (Ed.). Farnham: Ashgate, p. 37-54, 2013.
- MILMO, Cahal. UK’s 200,000-strong South American community “needs ethnic recognition”. *Independent*. Disponível em: <<http://www.independent.co.uk/news/uk/politics/uk-s-200000-strong-south-american-community-needs-ethnic-recognition-8723047.html>>. Acesso em: 20 jul. 2013.
- MUIR, Hugh. Hideously diverse Britain: the UK’s Latin American community is fighting for recognition. *The Guardian*. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/uk/2012/mar/04/uk-latin-american-community>>. Acesso em: 4 mar. 2012.
- PAREKH, Bhikhu. *Rethinking multiculturalism: cultural diversity and political theory*. Basingstoke: Palgrave, 2000.
- POPHAM, Peter. We’re all in this together: how Leicester became a model of multiculturalism. *Independent*. Disponível em: <<http://www.independent.co.uk/news/uk/this-britain/were-all-in-this-together-how-leicester-became-a-model-of-multiculturalism-even-if-that-was-never-8732691.html>>. Acesso em: 27 jul. 2013.

- POSADA CARBÓ, Eduardo. América Latina en la Gran Bretaña. *Revista de Estudios Internacionales* 26, n. 104: 681-701, 1993.
- RICH, Vera. The price of return. *Index on Censorship* 32, n. 3: 82-86, 2003.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *The social contract and discourses*. Trans. G. D. H. Cole. London: J. M. Dent, 1975.
- RUNNYMEDE TRUST COMMISSION. *The future of multi-ethnic Britain*. London: Profile, 2000.
- SCHUDSON, Michael. *The good citizen: a history of american civic life*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1998.
- SEAFORD, Helen. The future of multi-ethnic Britain: an opportunity missed. *Political Quarterly* 72, n. 1: 107-12, 2001.
- SIAN, Katy. How do you spot a student extremist in a university? *The Guardian*. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/higher-education-network/2015/jul/21/how-do-you-spot-a-student-extremist-in-a-university>>. Acesso em: 21 jul. 2015.
- STRAW, Jack. I felt uneasy talking to someone I couldn't see. *The Guardian*. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/commentisfree/2006/oct/06/politics.uk>>. Acesso em: 6 out. 2006.
- THE ECONOMIST. The war of the headscarves, p. 24-26. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/2404691>>. Acesso em: 7 fev. 2004.
- TIRYAKIAN, Edward A. Assessing multiculturalism theoretically: e pluribus unum, sic et non. *International Journal on Multicultural Societies* 5, n. 1: 20-39, 2003.
- VAN HAM, Peter. The rise of the brand state: the postmodern politics of image and reputation. *Foreign Affairs* 80, n. 5: 2-6, 2001.
- ZACHARIAS, Usha. Trial by fire: gender, power, and citizenship in narratives of the nation. *Social Text* 19, n. 4: 29-51, 2001.
- ZACHARY, G. Pascal. A philosopher in red sneakers gains influence as a global guru. *Wall Street Journal*: B1, B4. Disponível em: <<http://www.wsj.com/articles/SB954197593181775894>>. Acesso em: 28 mar. 2000.



Notas

- 1 Lema europeu da união adotado no ano 2000. Disponível em: <http://europa.eu/about-eu/basic-information/symbols/motto/index_en.htm>.

- 2 POPHAM, 2013. Disponível em: <<http://mosques.muslimsinbritain.org/maps.php#/town/Leicester>>; <<http://crossculturalcuisine.omeka.net/>>; <<http://www.publicspirit.org.uk/assets/LeicesterDiversityOfLeicester.pdf>>; <<http://www.kingpoweronline.com/en>>.
- 3 Veja: <<http://www.eastmidlandsairport.com/destinations-and-guides/cancun/>>.
- 4 Disponível em: <<http://eudo-citizenship.eu/InternationalDB/docs/Convention%20on%20certain%20questions%20relating%20to%20the%20conflict%20of%20nationality%20laws%20FULL%20TEXT.pdf>>.
- 5 Disponível em: <<https://rm.coe.int/CoERMPublicCommonSearchServices/DisplayDCTMContent?documentId=090000168006b659>>.
- 6 Disponível em: <https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/267945/dualnationality.pdf>.
- 7 Disponível em: <<http://www.filosofia.org/aut/001/razacos.htm>>.
- 8 Disponível em: <<https://rm.coe.int/CoERMPublicCommonSearchServices/DisplayDCTMContent?documentId=090000168007f2c8>>.
- 9 Disponível em: <<http://www.pewresearch.org/fact-tank/2015/11/17/5-facts-about-the-muslim-population-in-europe/>>.
- 10 *Bertelsmann Stiftung*, 2015. Disponível em: <<http://www.pewresearch.org/fact-tank/2015/11/17/5-facts-about-the-muslim-population-in-europe/>>.
- 11 Disponível em: <https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/469448/FGM-Mandatory-Reporting-procedural-info-FINAL.pdf>.
- 12 Disponível em: *A Brief*, n.d.; <<http://lautaro.org.ve/biblioteca/trazados/2010-2014/2013-2/la-gran-reunion-americana-miranda-ohiggins-y-las-logias-lautarinas/>>.
- 13 Disponível em: <<http://www.trustforlondon.org.uk/policy-change/strategic-work-item/london-living-wage/>>.
- 14 Veja: <<http://irmo.org.uk/>>.
- 15 Disponível em: <<https://www.facebook.com/CLAUKLondon/>>.
- 16 Disponível em: <<https://latinelephant.wordpress.com/>>.
- 17 Disponível em: <<http://www.lawrs.org.uk/en/>>.